

**Ata da 46ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro**

---

Ao dia sete do mês de outubro de 2025, às 14h45, de forma virtual, ocorreu 46ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF, MPPA, Semas, Alunorte e Hydro. A reunião teve como **pauta**: atualizações sobre o **item 6.3 – destinação de recursos de multas ambientais** depositadas no Fundo da Amazônia Oriental; e sobre o **item 2.1.4 – investimento de R\$ 8 milhões para tratamento e distribuição coletiva de água** a comunidades.

Entre os **membros do Comitê de Acompanhamento que participaram da reunião**: Procurador da República Igor Lima Goetternauer de Oliveira, titular (Ministério Público Federal – MPF); Edson Maciel, titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil); Jackeline Souza Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange Oliveira Goes, titular (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Gomes Souza de Brito, titular (5ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Hamilton Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil); Vagner Ferreira, titular (10ª Representação da Sociedade Civil); e Ereny Barbosa, suplente (10ª Representação da Sociedade Civil). **Justificaram ausência** os membros: Promotor de Justiça Márcio Maués, titular (Ministério Público do Estado do Pará); Haydée Marinho, titular (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará – Semas); Vera Nascimento, suplente (1ª Representação da Sociedade Civil); Gracilene Barreto, suplente (3ª Representação da Sociedade Civil); Amauri Figueiredo, suplente (5ª Representação da Sociedade Civil) Elidiane Cardim, titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Cristiane Simões, suplente (6ª Representação da Sociedade Civil) e Elisomar Barreto, titular (8ª Representação da Sociedade Civil).

Além dos membros do CA, também participou como convidada a equipe do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio) composta por: Lidia Lacerda, Gerente de Projetos; e Andreia Mello, Especialista de Biodiversidade. Também estava presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na condição de secretaria executiva do CA, composta por: Raphael Castro, analista socioambiental; Letícia Cardoso, assistente técnica; e Roberta Mendes, assessora de comunicação.

Na **abertura**, Raphael Castro anuncia que a reunião está sendo gravada, relembra instruções, anuncia os presentes, as justificativas de ausências e as pautas da reunião, destacando o seu caráter extraordinário e informando a inclusão do item 6.3 – destinação de recursos de multas ambientais depositadas no Fundo da Amazônia Oriental (FAO) como ponto de pauta.

---

**Atualizações sobre o item 6.3 – destinação de recursos de multas ambientais depositadas no Fundo da Amazônia Oriental (FAO)**

**Raphael Castro** introduz a pauta sobre o item 6.3 do TAC e após consultar os representantes das partes signatárias sobre considerações iniciais da pauta, cede a palavra ao Funbio.

**Lídia Lacerda** agradece a inclusão da pauta na reunião extraordinária e informa sobre atualizações de diálogos estabelecidos com membros do CA no decorrer das últimas semanas. Esclarece que foram feitas conversas virtuais com os membros do Comitê de Acompanhamento do TAC desde a última reunião do CA e que esses encontros ocorreram virtualmente devido à ausência de um espaço físico adequado para sua realização e, também, por conta do baixo número de confirmações para o modo presencial. Explica que sua intenção era criar espaços de diálogo contínuos de modo a atender demandas e sanar dúvidas específicas que não pudessem ser tratadas em espaços mais amplos do Comitê. Lídia Lacerda informa que foram realizadas cinco salas virtuais em que participaram 10 membros representantes da sociedade civil, representando 7 das 10 representações da sociedade civil no CA. Destaca que durante essas conversas, foi levantada a sugestão de que a construção do primeiro edital de projetos fosse feita nesse formato de diálogos em pequenos grupos. Também informa que, com base nas perguntas feitas ao Funbio ao longo das reuniões do CA, está **elaborando um documento de Perguntas e Respostas** que auxilie no entendimento do edital quando for lançado. Também informa a proposta de realizar a oficina de planejamento com o Funbio, sobre a implementação do item 6.3, entre os dias 17 e 19 de outubro, cabendo a avaliação do Comitê sobre a pertinência da realização.

Seguindo sua explanação, Lídia Lacerda informa sobre o relatório das últimas conversas enviado na segunda-feira, dia seis de outubro, e traz a debate a reflexão sobre o funcionamento dos espaços de diálogo construído que ao seu ver foram proveitosos. Para isso, **propõe duas opções de formato** para as reuniões que seriam dedicados à construção conjunta da minuta do edital e o documento de perguntas e respostas. O **primeiro formato** envolve a realização de seis encontros ao longo das duas próximas semanas, com ênfase, na primeira semana, no debate sobre uma primeira parte do edital e na semana seguinte na segunda parte do edital. As reuniões teriam duração de, aproximadamente, uma hora e meia, e cada membro participaria uma vez na primeira semana e uma vez na segunda semana. A **segunda opção** seria a realização de reuniões por representações da sociedade civil, com a participação de ao menos um membro por representação. Após explicação, Lídia Lacerda pergunta aos membros suas percepções.

**Elisomar Barreto de Souza**, titular da oitava representação da Sociedade Civil no CA, pede a palavra e se manifesta favorável à primeira opção apresentada, destacando que o formato atual tem sido proveitoso para o debate entre os membros.

**Hamilton Caminha**, suplente da nona representação da Sociedade Civil no CA, se manifesta no chat da reunião pontuando ser favorável à primeira proposta.

**Lídia Lacerda** reflete que alguns dos membros do CA não estavam presentes na ocasião dos diálogos e pergunta se existe alguma dúvida ou questionamento e, caso existam, podem ser apresentadas no grupo do WhatsApp do Projeto Resiliência Ambiental e Integração Social - RAIS.

**Raphael Castro** relembra que na ocasião da 45ª Reunião do CA ficou como encaminhamento por parte do Funbio a elaboração de uma minuta para estruturar a criação de um Grupo de Trabalho (GT) dedicado ao funcionamento do processo de implementação do item 6.3 do TAC. Raphael Castro pergunta se a proposta de criação de pequenos grupos de debate substitui a proposta desse GT.

**Lídia Lacerda** responde que não substitui. Explica que, em conjunto com Haydee Marinho, representante titular da Semas no CA, está estruturando uma minuta de regulamentos do grupo do Projeto RAIS. Relembra que estava acordado que essa proposta fosse apresentada na reunião do

CA, mas que o documento ainda se encontra em processo de elaboração. Reforça que o foco dos pequenos grupos, enquanto metodologia, é garantir o avanço da escrita do edital. Por fim, informa que aguarda o retorno de Haydee Marinho sobre a minuta e que assim que obtiver a revisão, encaminhará ao Comitê mediante solicitação para que entre como ponto de pauta da próxima reunião.

**Fátima Solange Oliveira Goes**, titular da quarta representação da Sociedade Civil do CA, perguntou a diferença entre “pequeno grupo” e GT.

**Lídia Lacerda** explicou, em resposta à Fátima Solange, que pequenos grupos são reuniões de escuta e o GT seria a reunião do grupo completo, levando em consideração que em outro momento, os membros do CA reafirmaram a importância da presença de todos os membros nesse espaço de deliberação. Lidia Lacerda pontua o entendimento do Funbio de que existem decisões que podem ser levantadas nesses espaços sem que haja a necessidade de serem levadas ao CA que já tem sua própria agenda constituída para além do debate do item 6.3. Lembra que o GT ainda não foi constituído por necessitar da definição de um nome e da constituição de um regulamento.

**Edson Maciel**, titular da Alunorte no CA, avaliou que esses espaços de diálogo foram exitosos e que não substituirão as deliberações a serem construídas no âmbito do GT. Ele complementa que os grupos pequenos servirão como canais para sanar dúvidas e garantir o avanço dos debates.

**Lidia Lacerda** confirma a fala de Edson Maciel e esclarece que as reuniões ocorrerão em pequenos grupos e em horários viáveis para os membros do CA com o objetivo de garantir a construção contínua e conjunta do edital; enquanto o GT que está sendo estruturado será o espaço dedicado para tratar de definições mais amplas. Por fim, Lidia Lacerda solicita a inclusão do item 6.3 do TAC como ponto de pauta da 47ª reunião ordinária do CA prevista para ocorrer no dia 28 de outubro de 2025.

**Raphael Castro** pergunta à Lidia Lacerda se este grupo maior que ela trata como espaço de tomada de decisões mais amplas refere-se às reuniões do Comitê de Acompanhamento.

**Lídia Lacerda** explica que não, que o GT ainda está em fase de construção e quando concluído será dedicado a tratar destas questões. Enquanto o grupo não é formalizado, a intenção é aproveitar as reuniões do Comitê de Acompanhamento para maiores deliberações e atualizações, levando em considerações, também, a presença frequente dos signatários nas reuniões. Em relação a isso, reforça que a presença dos signatários também é bem-vinda nas reuniões dos pequenos grupos e nas reuniões do GT que será constituído.

**Rosa Maria Dias da Silva** lembra sua sugestão apresentada no contexto de outra reunião de que esse diálogo fosse construído em conjunto as comunidades de cada representação, para que não houvesse margem para dúvidas dos moradores representados. Rosa Maria Dias da Silva pergunta, também, se Lidia Lacerda enviou o resumo dos encontros da semana anterior.

**Lidia Lacerda**, em resposta a Rosa Maria Silva, informa que o resumo foi enviado via e-mail, mas que também o encaminhará por WhatsApp. Sobre a sugestão apresentada anteriormente, Lidia Lacerda explica que em sua percepção seria inviável abrir um processo de escuta com as comunidades de cada representação, devido ao tempo de urgência para a escrita do edital e por compreender que as representações eleitas têm condições de compartilhar e divulgar os informes às suas respectivas comunidades. Neste sentido, o ideal para Lidia Lacerda seria abrir o diálogo com as comunidades no momento em que a escrita do edital fosse concluída.

**Fatima Solange Goes**, titular da quarta representação da sociedade civil do CA, pergunta à Lidia Lacerda caso seja aprovado um projeto que vise a construção de um centro comunitário de uma organização, se será exigida a regularização fundiária do terreno. Ela pontua sua preocupação devido à dificuldade de tratar da questão fundiária e de IPTU junto à Prefeitura.

**Lidia Lacerda** informa que sim, será necessária a regularização fundiária do espaço, mas solicita a Andreia Mello que apresente mais informações sobre o assunto.

**Andreia Mello**, Especialista em Biodiversidade do Funbio, sugere que as dúvidas sejam levadas ao setor jurídico do Funbio como garantia de respostas mais objetivas.

**Lidia Lacerda** informa que incluirá a dúvida apresentada no documento que reúne perguntas e respostas. Informa que, a princípio, a ideia era compartilhar o documento após a estruturação das repostas de todas as perguntas. Contudo, no decorrer do diálogo, avaliou ser resolutivo apresentar às representações aquilo que já havia sido incluído para que o documento fosse apreciado e complementado com outras dúvidas. Lidia Lacerda se compromete em enviar o material aos membros do CA. Na sequência, Lidia Lacerda volta o debate para o encaminhamento sobre uma oficina presencial para a construção do edital e pergunta aos membros do comitê se ainda faz sentido realiza-la. Caso os representantes se posicionassem positivamente, indica que as únicas opções de datas viáveis seriam entre os dias dezessete e dezenove de outubro ou então em outro momento após a COP 30. Antes de ouvir a percepção dos presentes, destaca que as datas de outubro já estão muito próximas e que seria desafiador garantir a logística, mas que se fosse de uma demanda prioritária do comitê, acataria a ideia.

**Fátima Solange Goes** e **Rozemiro Brito** respondem no chat indicando que preferem que a atividade ocorra após a Cop.

Com base nas manifestações, **Lidia Lacerda** informa que vai avaliar a viabilidade de realizar a oficina no mês de outubro ou se transfere para um momento pós COP 30. Considera, também, a realização a partir do lançamento do edital, caso o mesmo seja de fato publicado no mês de novembro. Reforça que fará a inclusão desta pauta nas conversas com os grupos e divulgará os demais informes no WhatsApp. Após essas manifestações, encerra sua fala pedindo o apoio de Raphael Castro na sistematização dos encaminhamentos propostas durante a reunião.

**Raphael Castro** registra como encaminhamentos a manutenção dos pequenos grupos de diálogo com as representações iniciados na semana passada e o compartilhamento do documento de perguntas e respostas para avaliação dos membros do CA.

Após as falas de Lidia Lacerda e Raphael Castro, **Maria das Graças Pereira** justifica para Lidia Lacerda sua ausência nas reuniões realizadas e informa que concorda com o modelo de realização de diálogo em pequenos grupos para acompanhamento da produção do edital, porém, destaca a importância de validar a perspectiva dos membros que não estavam presentes. Além disso, reforça sua preferência por reuniões que ocorram em modelo presencial e relembra a capacitação realizada no dia anterior que, ao seu ver, foi proveitosa.

**Lidia Lacerda** e **Raphael Castro** combinam manter diálogo sobre as agendas a serem conduzidas pela Secretaria Executiva do CA e as conduzidas pelo Funbio, para facilitar a participação dos membros do CA.

**Rosa Maria Dias da Silva** relembra que as representações têm outras agendas no mês novembro para além do CA e pede que os membros reflitam sobre a possível sobrecarga de atividades.

**Raphael Castro** agradece as contribuições e encerra esse ponto de pauta.

**Lidia Lacerda e Andreia Mello (Funbio)** agradecem e se retiram da reunião.

---

### **Atualizações sobre o item 2.1.4 – investimento de R\$ 8 milhões para tratamento e distribuição coletiva de água**

**Raphael Castro** inicia resgatando que o propósito da reunião extraordinária seria uma avaliação da visita técnica do CA feita ao projeto Água para Todos, no dia 13 de setembro de 2025, na Ilha do Combu, em Belém (PA). Além disso, ele relembra o prazo estabelecido pelo CA de que até a 47ª Reunião do CA, seria dado um encaminhamento para este item.

O procurador da República Igor de Oliveira relembra a importância da visita técnica realizada e também relembra do projeto da Prefeitura de Barcarena para instalação de microsistemas de abastecimento de água em comunidades de ilhas. Explica que as últimas movimentações reforçaram a necessidade de um diagnóstico qualificado sobre as populações de ilha que potencialmente poderiam ser beneficiadas com a cláusula do TAC. Indica que cabe ao Comitê avaliar se tem interesse em complementar a ação da Prefeitura de Barcarena. Informa que foi encomendado um diagnóstico à Prefeitura de Barcarena e também à Secretaria Executiva do Comitê de Acompanhamento do TAC. Acredita que é possível manter o cronograma para tomar decisão até o fim de outubro sobre o tipo de projeto que poderá ser escolhido. Informa ainda que solicitou ao IEB a construção de um roteiro de planejamento, o passo-a-passo que poderá ser seguido para a implementação.

**Rozemiro Brito** faz referência à sua fala, feita durante o evento realizado pelo MPPA em alusão aos 10 anos do naufrágio do Navio Haidar, sobre a importância de investimentos em serviços de água no Bairro Industrial de Barcarena destacando ser o bairro mais afetado por processos de contaminação. Relembra que no ano de 2007, outra empresa envolvida em incidente socioambiental, se comprometeu em garantir a rede de abastecimento do bairro, mas, segundo Rozemiro, a partir do ano de 2011, momento em que a Prefeitura de Barcarena assume esse abastecimento, o sistema de água ficou sucateado. Afirma que o bairro Industrial não está incluído no contrato da concessionária de água e esgoto Águas de São Francisco e pergunta se parte do valor do item 2.1.4 do TAC poderia ser investido na reestruturação do abastecimento do bairro.

**Fátima Solange** comenta que também conhece a precariedade do sistema de abastecimento de água do Bairro Industrial. Comenta a experiência do projeto visitado na Ilha do Combu e pontua que o projeto escolhido pelo TAC não fique restrito a uma escola, mas que possa abranger famílias das comunidades, mesmo as que não tiverem filhos matriculados em escola. Que seja priorizado um local onde toda a comunidade possa ter acesso e que se priorize projetos que possibilitem a gestão comunitária.

**Ereny Barbosa**, da décima representação da sociedade civil, avalia que é difícil acreditar que vai ser implementado de fato o projeto anunciado pela Prefeitura de Barcarena. Comenta que a discussão no âmbito do TAC se preza por realizar estudo técnico prévio, mas não tem conhecimento de que esse tipo de estudo tenha sido feito pelo projeto anunciado pela Prefeitura de Barcarena. Comenta ainda que se for encaminhado que o recurso do TAC seja direcionado para comunidades não contempladas pelo projeto da Prefeitura de Barcarena, se correrá o risco de o projeto da Prefeitura não ser efetivado e as comunidades ficarem de fora do benefício da cláusula 2.1.4 do TAC. Reitera a condição específica das ilhas que não são contempladas pela concessão da Águas de São

Francisco, por exemplo, e que o recurso do TAC é a alternativa mais viável para essas comunidades. Sugere que o Ministério Público provoque uma conversa das lideranças com a Prefeitura de Barcarena para avaliar melhor.

Jackeline comenta que, durante a visita técnica na Ilha do Combu, foi perguntado aos pesquisadores presentes o porquê de não utilizar a água do rio e foi respondido que o tratamento seria mais complexo e mais caro. Também pontua as fragilidades de depender exclusivamente de tecnologias que aproveitam água da chuva. Avalia que o recurso do TAC não deve ser utilizado para substituir as atribuições da Prefeitura e, portanto, não deve ser priorizado projetos de equipagem de equipamentos públicos municipais, como as escolas. Explica que sua expectativa é que o projeto com recursos do TAC sirva para inspirar o trabalho da prefeitura e não substituí-lo. Sugere que, para ser mais objetivo, é importante definir uma área prioritária e desenvolver pelo menos um projeto piloto. Reitera a posição de desconfiança em relação ao projeto da Prefeitura pelo fato de não ter sido planejado com a participação da população. Pontua que o investimento em solução para o abastecimento de água significará um legado deste TAC.

Jackeline Sales comenta ainda que o sistema observado de captação de água é semelhante a modelos utilizados na Região Nordeste, baseando-se na coleta da água da chuva a partir do telhado, sem a possibilidade de fossas devido à variação das marés. Ressalta que um dos fatores que encarecem os projetos é a limitação de fornecedores locais de materiais, mas observa que o custo pode ser reduzido a partir de adaptações, como o modelo visitado no Combu, que conta com um tanque simples. Avalia que o modelo pode ser ajustado conforme as especificidades de Barcarena, reduzindo custos e garantindo funcionalidade.

Jackeline defende ainda que, diante da impossibilidade de atender todas as áreas e ilhas, é prudente escolher uma comunidade piloto, preferencialmente da 10ª representação da sociedade civil (Ilha das Onças, Ilha Mucura e Ilha Arapiranga), cujos representantes no CA participam do processo desde o início. Caso haja sobra de recursos, o projeto pode ser ampliado para outras localidades. Para ela, essa é uma decisão estratégica e necessária para demonstrar a viabilidade do modelo.

Jackeline Sales ressalta que a implantação do sistema deve priorizar áreas mais isoladas, onde a escavação de poços é inviável. Defende a combinação de tecnologias — aproveitamento da água da chuva e perfuração de poços em locais adequados — como forma de ampliar o acesso à água potável e que o poder público deve assumir a responsabilidade de replicar o modelo, pois considera fundamental a participação popular na construção das soluções. Destaca que a destinação dos recursos para ações de abastecimento de água é um legado importante para Barcarena, especialmente considerando o histórico de contaminação hídrica no município.

Jackeline Sales relata que experimentou a água tratada pelo projeto visitado na Ilha do Combu e que considerou de qualidade satisfatória. No entanto, tem preocupação com a possibilidade de substituição do painel filtrante por um sistema baseado em cloro, comum em modelos domiciliares. Argumenta que o uso de cloro altera o sabor da água e pode levar ao abandono do tratamento por parte da população, aumentando o risco de doenças como diarreia e hepatite A. Defende, portanto, que o modelo piloto utilize sistema de filtração alternativo ao tratamento com cloro. Ressalta ainda as explicações do professor da Ronaldo Mendes, do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, sobre a perfuração de poços em Barcarena, indicando que, embora seja possível encontrar água, o tratamento é indispensável devido à alta concentração de ferro, o que demanda acompanhamento e custos adicionais após o término do projeto. Reforça que é necessário considerar a sustentabilidade

e a responsabilidade pela manutenção futura dos sistemas instalados. Reafirma a importância de não delegar integralmente à prefeitura a execução dessas iniciativas, citando problemas enfrentados em outras regiões onde falhas na implementação de poços resultam em prejuízos à população. Encerra destacando que o foco principal deve ser a segurança hídrica das comunidades e a correta aplicação dos recursos do TAC em benefício coletivo.

**Maria das Graças** reitera a fala de Jackeline e também endossa a proposta de Ereny para que se abra um diálogo com a secretaria da Prefeitura de Barcarena responsável pelo projeto anunciado de instalação de Microestações de Tratamento de Água em ilhas de Barcarena. Reforça que o projeto da Prefeitura não incluiu a ilha de Trambioca.

**Vagner Ferreira** registra que achou interessante o projeto anunciado pela Prefeitura, mas relembra que sua comunidade já tratou de projeto similar com a prefeitura há mais de 8 anos, mas nunca chegou a ser implementado. Reforça a posição de Ereny de que não é possível confiar no projeto anunciado pela prefeitura e abrir mão do investimento do TAC.

**Rosa Maria Dias da Silva** reforça os pontos mencionados anteriormente pelos demais participantes, destacando que a visita técnica foi produtiva e positiva. Em relação à questão do abastecimento de água conduzido pela prefeitura, manifesta preocupação com a falta de comprometimento efetivo do poder público. Avalia que o projeto apresentado pela gestão municipal não garante a execução das ações, o que fragiliza a confiança das comunidades. Defende que a prefeitura assuma o compromisso de realizar um diagnóstico detalhado, seguido de tratamento contínuo e monitoramento permanente das áreas que necessitam de abastecimento de água, e ressalta que não é admissível que a Representação 10 da sociedade civil não seja contemplada com ações da cláusula 2.1.4. Rosa Maria considera a situação constrangedora e reforça que qualquer projeto apresentado deve ser fiscalizado e monitorado de forma conjunta pela sociedade civil e pelo poder público, garantindo que os compromissos assumidos sejam efetivamente cumpridos. Observa ainda que, historicamente, a prefeitura inicia ações, mas não as conclui, o que reforça a necessidade de vigilância no acompanhamento dos projetos.

Maria das Graças afirma que é importante a união dos representantes das ilhas para dialogar com a Prefeitura de Barcarena. Reitera que quem está nos territórios é quem consegue saber como implementar da melhor forma os projetos.

**Ereny Barbosa** avalia que é importante que o Comitê de Acompanhamento do TAC avance nas definições de critérios e áreas prioritárias, mas que não se deve esperar o projeto da Prefeitura de Barcarena. Lamenta parecer incrédula, mas já teve outras experiências com a prefeitura. Apesar disso, espera que também dê certo o projeto da Prefeitura.

**Jackeline Sales** também relembra que já foram feitos outros diálogos com a Prefeitura de Barcarena, que foram frustrados por posição da própria prefeitura. Afirma que precisa se contar com o que tem, que é o recurso do TAC, e que o que vier depois da Prefeitura poderá se somar. Pede que seja definido prioritária as áreas das ilhas das Onças e Arapiranga por estarem fora da concessão de água e esgoto do município.

O **procurador da República Igor de Oliveira** retoma lembrando que o escopo da pauta hoje era ouvir as considerações da sociedade civil, especialmente a avaliação do projeto conhecido na Ilha do Combu, e que foram antecipadas discussões sobre definição de área ou especificação técnica. Informa também que o MP dialogou com a empresa Aegea, que também se colocou disponível para

operacionalizar tecnicamente o recurso. Reafirma que o foco deverá ser definir o parceiro implementador até o fim do mês de outubro; e solicita o apoio do IEB para proposição de de uma metodologia que oriente a tomada de decisão.

**Jackeline de Souza Sales** solicita um esclarecimento adicional, explicando que não conseguiu chegar no horário de início da reunião e, por esse motivo, a pauta já havia sido encerrada. Informa que o questionamento sobre a definição da área de abrangência do projeto foi trazido por Lídia durante a 44ª reunião e que essa definição seria um dos requisitos necessários para a execução das ações. Jackeline Sales pergunta se o tema foi apresentado ou deliberado durante a reunião atual e se essa questão já está resolvida, dirigindo o questionamento ao Procurador da República Igor Gde Oliveira. Ressalta que, em sua compreensão, o assunto já estava superado, mas menciona que tomou conhecimento de uma interpretação diferente, segundo a qual ainda seria necessário formalizar a definição da área.

O **Procurador da República Igor de Oliveira** responde que, em sua avaliação, o tema é um assunto já vencido. Explica que a área de abrangência considerada é a mesma que consta no mapa encaminhado pela Hydro, embora o documento apresente uma limitação: o mapa foi enviado sem a identificação nominal das comunidades incluídas, representando apenas uma mancha geográfica sem detalhamento. Informa que a posição sobre a área foi reafirmada entre os signatários, não apenas no âmbito do comitê, mas também em instâncias anteriores, mantendo como referência o mapa de abrangência dos estudos ambientais definidos no início do processo. Igor de Oliveira ressalta, contudo, que é necessário identificar nominalmente as comunidades que compõem essa área. Destaca a importância do papel do CA nesse trabalho, uma vez que possui o conhecimento técnico e territorial necessário para realizar a identificação com precisão. Afirma que ninguém melhor do que as próprias representações para realizar essa tarefa, pois conhecem as comunidades localizadas na região e têm o compromisso de garantir que apenas as localidades efetivamente abrangidas sejam incluídas. Por fim, Igor de Oliveira esclarece que a pendência atual se restringe à identificação nominal das comunidades, procedimento solicitado pelo Funbio, responsável pela gestão dos recursos. Ressalta que o mapa-base permanece o mesmo e que não haverá alterações em sua configuração, sendo necessária apenas a complementação das informações para fins de registro e controle.

**Raphael Castro** agradece e encerra esse ponto de pauta.

---

## Próximas reuniões

**Raphael Castro** consulta sobre a pauta da próxima reunião, lembrando que a próxima reunião ordinária do comitê está agendada para o dia 28 de outubro de 2025, última terça-feira do mês. Na ocasião, realiza uma consulta aos participantes sobre a composição da pauta e menciona que houve uma sugestão de Lídia Lacerda, representante do Funbio, para inclusão do item 6.3 do TAC. Acrescenta ainda que há sugestão para inclusão do item 2.1.4, e confirma que, até o momento, as propostas de pauta se mantêm as mesmas tratadas na reunião atual — os itens 6.3 (Funbio) e 2.1.4 (água). Conclui informando que todos os participantes concordam com a manutenção e inclusão desses pontos na pauta da próxima reunião ordinária. Com isso, a reunião foi dada por encerrada e a Secretaria Executiva do CA lavrou a presente ata.